



ISSN 2177-2940
(Online)
ISSN 1415-9945
(Impresso)

Os conselhos populares e o PT

Análise da proposta de participação direta do Partido dos Trabalhadores por meio das páginas da revista *Teoria e Debate*

<http://dx.doi.org/10.4025.dialogos.v22i2.37832>

Rafael Saraiva Lapuente

Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, PUCRS, Brasil. E-mail: rafael.lapuente@acad.pucrs.br

Palavras-chave: Partido dos Trabalhadores; Teoria e Debate; Conselhos Populares.	Resumo: este artigo busca analisar como a proposta dos <i>conselhos populares</i> , pauta bastante presente no Partido dos Trabalhadores nos anos 1980, foi retratada nos primeiros volumes da revista Teoria e Debate, que era editada pelo próprio partido. Para esse estudo, consultamos os cinco primeiros volumes da revista <i>online</i> , que abarcam o período de 1987, quando foi lançada, até março de 1989, abrangendo o período em que o PT passou a governar as primeiras grandes capitais, chegando até a fase pré eleitoral de 1989.
Key words: Partido de los Trabajadores; Teoría y Debate; Consejos populares.	Los consejos populares y el PT Análisis de la propuesta de participación directa del Partido de los Trabajadores a través de las páginas de la revista Teoría y Debate Abstract: Este artículo busca analizar cómo la propuesta de los consejos populares, pauta bastante presente en el Partido de los Trabajadores en los años 1980, fue retratada en los primeros volúmenes de la revista Teoría y Debate, que era editada por el propio partido. Para ese estudio, consultamos los cinco primeros volúmenes de la revista online, que abarcan el período de 1987, cuando fue lanzada, hasta marzo de 1989, abarcando el período en que el PT pasó a gobernar las primeras grandes capitales, llegando hasta la fase pre electoral De 1989.
Palabras clave: Workers' Party; Theory and Debate; Popular tips.	Popular advice and the PT Analysis of the proposal of direct participation of the Workers' Party through the pages of the magazine Theory and Debate Resumen: This article seeks to analyze how the proposal of popular councils, a very present agenda in the Workers' Party in the 1980s, was portrayed in the first volumes of the journal Theory and Debate, which was edited by the party itself. For this study, we consulted the first five volumes of the online magazine, covering the period from 1987, when it was launched, to March 1989, covering the period in which the PT began to govern the first large capitals, reaching the pre-electoral phase 1989.
Artigo recebido em: 25/06/2017 Aprovado em: 19/02/2018.	

Introdução

Neste artigo, nosso propósito é estudar como a revista *Teoria e Debate* abordou o tema dos *conselhos populares* durante suas cinco primeiras edições, durante o período de dezembro de 1987 a março de 1989. Levamos em conta, aqui, o fato de o Partido dos Trabalhadores, naquele contexto, levantar como uma de suas principais bandeiras a defesa da participação direta nas decisões do Estado, e não somente pelo meio representativo.

Contudo, antes de aprofundarmos as questões teóricas nesta primeira parte do *paper*, ressaltaremos aqui alguns aspectos norteadores que motivaram a escolha deste tema de pesquisa, e que servem a título de contexto.

A *Teoria e Debate* é um periódico que ainda se encontra em circulação, vinculado ao Partido dos Trabalhadores. A revista foi fundada em 1987, e possuiu, desde o início de sua circulação até 2003, uma periodicidade trimestral, sendo editada até 1997 pelo Diretório Regional do PT/SP. Dizendo-se um periódico *não-acadêmico* e não limitada a “iniciados”, a revista se auto intitula como “formadora e como tal leva em conta o acúmulo de experiências no PT, o debate de ideias e a existência de tendências de opinião

diferenciadas no partido”, visando tratar “dos temas da agenda do campo progressista com profundidade e estimulando ainda mais o debate, uma vez que as ferramentas disponíveis permitem a participação e interação do público leitor” (TEORIA E DEBATE, 2016).

Além disso, se leva em conta o fato de o PT não ter, historicamente, um bom relacionamento com a grande imprensa. Alguns exemplos ilustram essa relação inamistosa. José Dirceu e Eduardo Jorge, lideranças do partido na década de 1980, após o primeiro pleito do PT em 1982, acusaram os meios de comunicação e jornalistas de terem candidatos, preferências e fazerem campanhas eleitorais em defesa de seus interesses. Eles também defenderam que o PT não dependesse de debates na televisão e rádio nos próximos pleitos. Junto a isso, o partido travara disputas contra a ABERT e a ABI. A primeira pela defesa do espaço obrigatório gratuito para os partidos políticos, e, a segunda, contra a cobertura dada pelos veículos midiáticos a um movimento grevista com mortos e feridos, julgando as reportagens veiculadas como “tendenciosas”.¹ Estes são apenas alguns exemplos de questionamento e enfrentamento do PT aos sindicatos e associações patronais vinculadas a grande imprensa brasileira.

Outro ponto importante é pelo PT não

¹ *Jornal dos Trabalhadores*. Janeiro de 1983. Acervo CSBH/FPA; *Carta da Comissão Executiva Nacional*, agosto de 1983. Acervo CSBH/FPA; *Boletim Nacional do PT*, julho de 1986. Acervo CSBH/FPA.

ter conseguido estabelecer um eficiente meio de comunicação próprio. Isso não foi possível, tanto naquilo que concerne a uma comunicação voltada aos “profanos” como para sua rede de militantes e membros do partido. Seu primeiro jornal, o *Jornal dos Trabalhadores*, teve efêmera duração: com periodicidade quinzenal, circulou apenas por cerca de um ano. Pode-se afirmar que, no caso dos primeiros anos do PT, predominaram as redes *informais* de comunicação, especialmente fora de São Paulo. E a estrutura de comunicação interna de um partido não é um ponto irrelevante, pois, conforme Ângelo Panebianco, ela pode desequilibrar os jogos de poder no interior de sua instância (PANEBIANCO, 1982; KECK, 1991).

As direções locais produziram, em sua maioria, folhetos que se encontram dispersos, já que a Direção Nacional não mostrou maior interesse na organização de uma rede estruturada e bem constituída de comunicação aos filiados do PT. Como dissera Lincoln Secco, o PT sempre foi fraco no campo editorial e descuidou de sua produção. Com isso, deixou o debate teórico desorganizado. Para ele, criou-se um duplo efeito: o partido

tinha uma imagem forjada pelo que chamava de “imprensa burguesa”, e carecia de uma formação política mais estruturada. Como consequência, para Secco, o PT acabou deixando sua militância desarmada teoricamente (SECCO, 2016).

No entanto, a *Teoria e Debate* seria, como se diz popularmente, um “ponto fora da curva”. Ou seja, uma exceção, pelo fato de se constituir em um periódico com longo período de circulação e focado no debate de ideias entre “intelectuais” e militantes petistas e de esquerda, trazendo textos de pensadores brasileiros e, por vezes, também do exterior.

Dado brevemente o contexto de surgimento da revista e do PT, voltemo-nos agora para um diálogo teórico, visando enquadrar o objeto de pesquisa aqui estudado.

A teoria e debate inserida no campo de produção ideológica

Para Pierre Bourdieu, a relação entre o campo² político e jornalístico é calcada em uma dependência mútua e na disputa para falar em nome dos profanos, ambos buscando definir e delimitar o que é pensável

² Segundo Ortiz, “campo” pode ser entendido como um *locus* onde se trava uma luta entre os atores em torno de interesses específicos que caracterizam a área em questão. Dentro desta perspectiva, todo ator age no interior de um campo socialmente predeterminado. O campo se particulariza como um espaço onde se manifestam as relações de poder, o que implica afirmar que ele se estrutura a partir da distribuição desigual de um *quantum* social que determina a posição que um agente específico ocupa em seu seio, denominado de *capital social*. A estrutura do campo é dividida em dominantes, que possuem um máximo de capital social, e dominados, que se definem pela ausência ou raridade do capital social. Bourdieu compara um campo a um jogo. No entanto, enquanto que, no jogo, há uma série de regras explícitas, no campo as normas são implícitas. Há, no campo, regularidades imanentes, sanções, censuras, repressões e recompensas, sem que nada disso tenha disso instituído. Cf.: ORTIZ, 1983; BOURDIEU, CHARTIER, 2011.

politicamente. Deve-se considerar que a demanda não preexiste quase nunca à oferta do discurso político, o que é mais acentuado nas classes dominadas (BOURDIEU, 2001). Ou seja, esta é uma nuance que reforça a condição de fala em nome dos profanos por parte de políticos, imprensa, associações de representação etc, que disputam espaço para demarcar a legitimidade de sua posição.

No caso da *Teoria e Debate*, trata-se de uma imprensa específica. Para Luis Martins, este é um tipo de periódico em que os partidos controlam as redações. Sua inserção no debate público ocorre mediante a condição de representantes destes partidos. É disso que retiram a autoridade para falar publicamente (MARTINS, 2010, p. 60). Portanto, é uma publicação quase sem margem de autonomia frente ao campo político, sendo algo não muito diferente de uma “porta voz” da agremiação partidária a qual está vinculada.

Vale destacar que a *Teoria e Debate* não é uma revista de circulação somente interna, voltada exclusivamente para filiados. Conforme Bourdieu, o efeito político de um periódico “não se avalia pela orientação política de seu discurso propriamente político tal como ela pode ser apreciada no *campo de produção ideológica* e menos ainda pelo número de centímetros quadrados dedicados diretamente à política”, mas pela “relação que

os leitores mantêm com o jornal, cuja mensagem política pode ser *ignorada* por eles e cuja ação política mais importante pode ser o fato de não atribuir importância à política”.³ Já para Marialva Barbosa, o poder de um periódico é proporcional ao seu alcance. Quanto maior for sua abrangência, aumenta “seu poder de divulgação e a lógica da conquista do próprio poder” (BARBOSA, 2007).

Neste ponto, infelizmente não conseguimos algumas informações importantes, como tiragem, financiamento e circulação por região e classe social. Isso daria um bom ponto para conhecermos mais detalhes sobre o público que ela circulava e qual seu alcance, em especial fora dos círculos vinculados ao *petismo*. Com a ausência de maiores dados, trabalhamos com a hipótese de que ela não tinha uma alta circulação fora do PT, mas tinha alto prestígio entre os petistas militantes e filiados. Um indicativo disso é o fato de ela ainda ser editada pelo partido. Mas deve-se ressaltar que a *Teoria e Debate* era – e é – voltada para um público específico com objetivos doutrinários e de formação de quadros, *ainda que* a revista, ao traçar seu próprio perfil, renegasse essa condição.

No que diz respeito aos periódicos, deve-se relevar que há uma afinidade eletiva que liga o jornalista ao jornal e, através deste,

³ BOURDIEU, 2007, p. 413, grifo meu (1º) e do autor (2º).

ao seu público, possuindo o tom que convém ao se dirigir aos seus leitores. Assim, eles acabam passando a falar a linguagem do jornal e ser o seu leitor típico (BOURDIEU, 1996). Por isso, é importante conhecer as características da linguagem transmitida ao seu público. O fato de ela possuir espaço para a indicação de livros acadêmicos e resenhas deixa implícito que sua publicação circulava entre um público específico, militante e com alto grau de capital cultural. Nela, nota-se a presença frequente de noticiários internacionais, textos de membros importantes do PT e de intelectuais ligados ao partido ou de figuras relevantes para a esquerda de modo *macro*.

A lógica comercial possui um valor menor aqui do que se for pensado nos grandes jornais comerciais, sendo a revista financiada pelo próprio PT. Analisando dentro de uma perspectiva mais abrangente, nos anos 1980-1990 já podemos falar, no Brasil, de um contexto com relativa autonomia política e econômica, com o fim da censura e repressão dos *anos de chumbo*. No Rio de Janeiro, por exemplo, são vendidos mais de um milhão de exemplares nos domingos, e mais de 700 mil durante os dias de semana. Ou seja, a produção não era mais restrita. Era ela comercial, com um consolidado mercado de bens culturais, haja vista que essa expansão foi acompanhada também pela diversificação entre públicos (“clientela”) (BARBOSA; 2007; ORTIZ,

2001).

Isso mostra que o campo jornalístico já não pode ser compreendido de maneira direta a partir de fatores externos, estando subordinado à prova dos vereditos do mercado, por meio da sanção direta da clientela. Para Bourdieu, o campo jornalístico é o lugar de uma lógica particular, “propriamente cultural, que se impõe aos jornalistas através das restrições e dos controles cruzados que eles impõem uns aos outros e cujo respeito (por vezes designado como deontologia) funda as reputações de honorabilidade profissional” (BOURDIEU, 1997, p. 105).

Isso fica claro, em especial, aos jornais *para todos*, onde se busca a expansão de leitores visando o aumento da circulação e do valor aos anunciantes. Nestes casos, evita-se metodicamente o que pode chocar e ser rejeitado por uma fração do público atual ou potencial. Este é um imperativo mais presente quando ocorre o crescimento da clientela, seja em periódicos, filmes, partidos políticos – cujas mensagens passam a ser mais ‘despolitizadas’ (*catch all*), tentando ser aceitável a todos os gostos. Por outro lado, os jornais que desempenham o papel de princípios geradores de posição são voltados somente para os membros da classe dominante (BOURDIEU, 1997, p. 105).

Os pontos principais para analisar esta revista são o fato de ela anteceder o pleito municipal de 1988 e pelo PT ter como grande

bandeira a introdução dos *conselhos populares* nos anos 1980. Queremos conhecer como a revista abordou a bandeira de participação direta no período em que antecedeu à eleição de 1988, pleito que levou o PT a governar as primeiras grandes cidades brasileiras. Em síntese: se quer compreender a atuação dela, pautando os *conselhos populares*, enquanto integrante do *campo de produção ideológica* em um contexto importante para os atores envolvidos no *campo político*. A partir de março de 1989, como o enfoque do partido passou a ser o pleito presidencial, optamos por excluir as publicações posteriores desta análise. Essa escolha considerou a delimitação para a escrita do texto, tornando a análise exequível para os limites deste *paper*.

Todavia, se faz necessário buscar uma definição mais complexa do conceito de *campo de produção ideológica*. Para Pierre Bourdieu, ele é definido como um universo relativamente autônomo, onde se elaboram, por meio da concorrência e conflito, instrumentos de pensamento do mundo social disponíveis em determinado momento e, ao mesmo tempo, se delinea o campo do pensável politicamente. Isto é, da *problemática legítima*.⁴

Assim, a *Teoria e Debate* servia como mobilizadora de diferentes *ideias-força* dentro do PT. Isto é, procurando se inserir na

concorrência e nos conflitos pelo domínio do *campo de produção ideológica*, em contraponto tanto frente as *ideias-força* mobilizadoras de outras agremiações partidárias, como em relação aos outros órgãos de imprensa que viessem a defender pontos distintos daqueles que eram defendidos pelo PT. Além disso, como ficará evidenciado neste texto, a revista também servia como espaço de disputa entre os projetos do próprio partido, que eram defendidos entre as diferentes tendências internas e seus “intelectuais”, que escreviam para o periódico, como ficará explícito na questão dos *conselhos populares* no próximo tópico.

Portanto, por meio dela, as diferentes tendências internas do PT disputavam o que se deveria pensar politicamente enquanto projeto para o partido.

Qual o papel de um periódico cujas *ideias-força* estão ligadas explicitamente com a defesa das ideias partidárias de uma determinada agremiação e é por ela financiada e mantida? A conexão entre o periódico e as disputas em torno do *campo político* são mais *explícitas* neste caso do que aquelas presentes no jornalismo comercial. Até porque, não há, no contexto aqui analisado, uma grande imprensa subordinada a partidos, embora o jornalismo comercial comumente crie ligações com determinadas pautas políticas, tomando

⁴ BOURDIEU, 2007, p. 372, grifo meu.

lado em sua defesa sob diferentes meios. Isso ocorre com os periódicos quase nunca se subordinando ou vinculando-se a alguma agremiação partidária, o que é diferente da *Teoria e Debate*, cuja ligação e dependência ao PT é aberta.

Bourdieu ressalta que a luta política, no campo político, é uma forma *sublimada* de guerra civil, e a produção das *ideias acerca do mundo social* é subordinada à lógica da conquista do poder, que se dá pela mobilização do maior número de adeptos.⁵ Desta forma que a representação legítima é submetida à aprovação de um grupo, e só podem ser impostas por *profissionais* capazes de *manipular ao mesmo tempo ideias e grupos*. Isto é, de lançar ideias, capazes de produzir grupos manipulando elas. Isto é, garantindo-lhes a adesão de um grupo, através da retórica do conhecimento ou do domínio de todo um conjunto de técnicas da palavra, da redação, de manipulação, que permitem o fazer passar de uma moção.⁶ Além, também, de dominar os procedimentos e processos que controlam diretamente a própria produção do grupo.

Dito isto, se deve observar que “a política é uma luta em prol de ideias, mas um tipo de ideias absolutamente particular, a saber, as *ideias-força*, ideias que dão força ao funcionar como força de mobilização”. Bourdieu complementa: “se o princípio de

divisão que eu proponho for reconhecido por todos, se meu *nomos* se tornar o *nomos* universal, se todos virem o mundo como eu o vejo, terei atrás de mim toda a força das pessoas que compartilham minha visão” (BOURDIEU, 2011, p. 203). É por isso que o campo político pode ser descrito como um jogo no qual ocorrem concorrências intelectuais.

Ou seja, no campo político ocorre uma disputa pela legitimação da imposição dos princípios de visão e divisão do mundo social, de classificação, o que é uma ação intelectual e política. Sintetizando, ele menciona: “as disputas do mundo político são sempre duplas; são combates por ideias, mas, como estas só são completamente políticas se se tornam ideias-força, são também combates por poderes” (BOURDIEU, 2011, p. 206). Nestas, estão as disputas intelectuais *metapolíticas* (confrontos ideológicos, e não eleitorais). Para Sirinelli, as lutas *metapolíticas* possuem uma defasagem em relação aos conflitos políticos (SIRINELLI, 2003). Vale ressaltar aqui que esse ponto não é observado na *Teoria e Debate*, especialmente porque muitos escritores eram membros do PT, ocupantes de cargos no legislativo ou executivo e parlamentares. Muitos eram antes *políticos* do que, propriamente, *jornalistas*, e usavam a revista para a defesa de suas ideias em relação ao *outro*. Isto é, em um conflito relacional de

⁵ BOURDIEU, 2001, p. 175, grifo meu.

⁶ BOURDIEU, 2001, p. 175, grifo meu.

ideias com aquilo que o adversário político defende como uma *ideia-força*.

De todo modo, estes conflitos se dão com o objetivo de conquistar cargos públicos a partir da chegada ao poder pela mobilização eleitoral de uma maioria de cidadãos em torno da mesma representação do mundo social, utilizando-se de uma luta simbólica para impor uma visão do mesmo, fixando seu ponto de vista ao maior número possível de pessoas. Assim, a política se consolida como uma luta simbólica na qual cada ator político tenta monopolizar a palavra pública ou fazer triunfar sua visão de mundo, impondo-a como verdadeira para o maior número possível. E se utiliza do capital acumulado pelo político, tanto individual como coletiva, feito por meio de crédito e confiança. Uma combinação variável de crença em sua competência e moralidade (CHAMPAGNE, 1996).

Neste sentido, nosso objetivo será o de compreender a inserção dos *conselhos populares* na Revista *Teoria e Debate*. Isto é, analisando-a como uma porta-voz na “luta para a imposição de uma representação legítima” dos *conselhos populares*. Buscamos compreender o uso dessa categoria pela revista e da defesa, por ela, do projeto de participação direta de setores “populares” no processo decisório do Estado, a partir da luta simbólica travada nesta e das significações atribuídas pelo periódico vinculado ao PT (CHAMPAGNE, 1996). Até porque, o jogo

político cada vez mais estaria estruturado em torno da opinião pública e das batalhas para conquista-la.

Os conselhos populares na teoria e debate: visões do projeto em disputa

A primeira edição da *Teoria e Debate* surge em meio aos debates da Assembleia Nacional Constituinte de 1988, mas não dá exclusividade a essa pauta, que ocupava com grandes espaços o noticiário da grande imprensa e motivava as articulações partidárias naquele contexto. Ao contrário daquilo que se poderia, em um primeiro momento, esperar, a edição é variada em temas, e reflete a pluralidade do próprio PT naquele contexto, tanto em relação à suas tendências como vertentes que compunham o partido (esquerda revolucionária, intelectuais, membros ligados à Igreja Católica, sindicalistas e outros grupos) (SINGER, 2001). Naquele número, entre outros, os temas debatidos foram o *sindicalismo*, a defesa do debate em relação ao direito ao aborto, e um artigo, assinado pelo deputado constituinte José Genoíno, contra a permanência da tutela militar sobre a vida política e o seu poder de intervenção, estes últimos visando sim mais especificamente a Assembleia Nacional Constituinte. Os temas pautados na revista eram, naquele contexto, não apenas de interesse do PT, mas da esquerda brasileira.

No primeiro volume, a *Teoria de Debate* pouco se dedicou a temas diretamente relacionados ao PT, exceção dada ao artigo de Eduardo Jorge⁷, voltado à política de alianças do Partido dos Trabalhadores, onde aborda brevemente os *conselhos populares*. Defendendo a ampliação das alianças “sociais”, afirmava que o partido deveria criar métodos de “cooptar” a “pequena burguesia” e os assalariados que eram equivalentes, concebendo o PT como um “partido mais amplo”. Naquilo que concerne às eleições de 1989, Eduardo Jorge dissera que o PT não deveria apoiar nenhuma candidatura no segundo turno se não fosse o próprio partido para o pleito, nem mesmo os “chamados candidatos progressistas da burguesia, Covas e Brizola”⁸, ressonando a pouca expectativa em relação à candidatura Lula disputar o segundo turno naquele ano.

Ele defendia uma aproximação com a dita “pequena burguesia”, afirmando que esse setor poderia ser utilizado para o “socialismo, como forma complementar de desenvolvimento das forças produtivas, suplementando a capacidade produtiva do Estado, pode estar na base dessa visão ‘democrática e popular’ de construir o socialismo”. Mas que “o mercado não pode ser

o instrumento mais importante de combate à paralisia burocrática do desenvolvimento das forças produtivas e das relações de produção socialistas”. Contudo, para Eduardo Jorge, “a principal forma de evitar esta paralisia é a mobilização política para, através de *Conselhos Operários* e *Conselhos Populares*, impulsionar a produção, as relações sociais socialistas e controlar o Estado socialista”.⁹

Neste sentido, podemos perceber o caráter “messiânico” dos *conselhos populares*, vistos por Eduardo Jorge como a via mais adequada para a mobilização política em caminho ao “socialismo”. Ele não detalha de que maneira ocorreria este processo, nem aprofunda o debate acerca de sua formação. Mas, por meio de um tema pouco consensual no PT naquele período, que era a política de alianças¹⁰, o deputado constituinte defendia a abertura do partido para uma faixa social mais ampla do que os “trabalhadores” para viabilizar a consolidação dos *conselhos populares* e, por tabela, a construção do “socialismo”.

Um ponto interessante no texto é o fato de ele ter visado às eleições presidenciais, e não o pleito municipal, que ocorreria antes. Isso chama a atenção não só porque, naquele contexto, a candidatura Lula era vista mais

⁷ JORGE, Eduardo. As alianças e o Partido dos Trabalhadores. *Teoria e Debate*. Edição 01. Dezembro de 1987.

⁸ Idem; ibidem.

⁹ Idem; ibidem.

¹⁰ Segundo Telles, na passagem dos anos 1980 para 1990 o PT passou gradualmente por uma mudança em sua política de alianças, que deixaram de ser *ideológicas* para *contextuais*. Este processo, no entanto, ocorreu mediante resistências internas. Cf.: TELLES, 2009.

como marcação de posição, mas também pelo PT ascender com nomes fortes para a maioria de 1988. E, portanto, os *conselhos* poderiam ter um papel preponderante nas campanhas e mandatos. Em nível local, no município de Diadema, onde o PT governava desde 1982, já havia uma experiência de *conselhos populares*¹¹, como veremos a seguir.

Outro ponto interessante de sua assertiva é que podemos perceber que Eduardo Jorge fazia a defesa dos *Conselhos Populares* visando o debate interno do PT, ou seja, voltando-se mais diretamente para aqueles que eram membros do partido, revelando um posicionamento direcionado para um público específico, isto é, para os membros que compunham o partido. Travando, portanto, uma luta concorrencial em relação a outros projetos de PT, até porque temas como a política de alianças frutificavam grandes disputas internas no partido.¹²

Já na segunda edição, lançada em março de 1988, o tema dos *conselhos populares* voltou a ocupar espaço na *Teoria e Debate*. Ele foi retomado por Celso Daniel, que seria eleito no mesmo ano prefeito do município de Santo André. No texto, Daniel afirmaria que “uma gestão local comprometida

com a participação popular pode e deve contribuir para o florescimento de uma cultura política socialista, alternativa à cultura política dos dominantes”. Para isso, ele tocava de novo na polêmica da política de alianças, definindo que estas deveriam ter desdobramentos estratégicos e táticos “para o questionamento da dominação”. Por isso, para Daniel as alianças deveriam ter

limites claramente definidos: trata-se de abarcar, dentre os moradores do município, aquele conjunto de assalariados — da classe operária e das classes médias — e mesmo os donos de pequenos negócios locais, cujos interesses sejam distintos daqueles expressos pelo poder econômico, administrativo e das elites locais.¹³

Celso Daniel problematizou extensamente os *conselhos populares*, pois havia uma discordância profunda no partido, que era a de como concebê-los. Se a existência dos *conselhos populares*, enquanto um projeto político petista, praticamente não possuía oposição *dentro do PT*, seu perfil foi alvo de disputas entre as tendências internas do partido. As tendências do PT se dividiam entre aquelas que defendiam que os *conselhos populares* teriam caráter deliberativo, pauta esta geralmente sustentada por alas mais

¹¹ Sobre esta experiência, cf.: SIMÕES, 1992, p. 135-145.

¹² Um exemplo disso, nos anos 1980, foi o veto aos diretórios da Bahia e de Pernambuco em apoiar candidatos peemedebistas nas eleições, ocorrido no IV Encontro Nacional do partido. Para Secco (2016), a aversão as alianças amplas tinha como natureza as contradições internas entre as tendências. Essas disputas em torno de qual seria a política de alianças ideal para o partido se confunde com a trajetória do PT, tendo em vista que o tema sempre foi alvo de polêmicas e de visões distintas, sendo fator presente nas disputas internas entre as tendências.

¹³ Daniel, Celso. Participação popular. *Teoria e Debate*. Edição 02. Março de 1988.

radicais do partido, ou se eles teriam um perfil meramente consultivo.

O impacto dessa dualidade entre as relações internas do PT não era pequeno. Tanto que foi definidor, no mesmo ano da publicação de texto de Daniel, nas prévias em São Paulo para a candidatura ao pleito municipal. Luiza Erundina venceu Plínio de Arruda Sampaio, candidato de Lula, nas internas com a bandeira *deliberativa dos conselhos populares*, enquanto o segundo o defendia como um órgão consultivo (COUTO, 1995). Ou seja, isso foi determinante para a derrota do candidato apoiado pelo maior nome nacional do PT, dando dimensão do nível de importância e disputa desse projeto no interior do Partido dos Trabalhadores.

O texto publicado por Daniel reconhece as ambiguidades dos *conselhos populares* e afirma que o debate sobre ele no PT ganhou um “caráter genérico”. Assim, defendia a distinção dos *conselhos* em relação aos movimentos sociais ou de qualquer comparação com os *soviets* da URSS. Ele também criticava a hipótese levantada por núcleos dentro e fora do PT de serem os *conselhos populares* “poderes duais”, em função de sua existência junto ao legislativo, asseverando serem ambos complementares, e não concorrentes.¹⁴ Sua assertiva procura direcionar o debate colocando em pauta a complexidade que

envolve a criação do conselho, tendo em vista a quantidade de atores que deveriam ser envolvidos nele. Até porque, a ideia era de que ele representasse de forma ampla os setores populares. Além disso, Daniel se posicionava contra os núcleos do partido que enxergavam nos *conselhos* um poder duplicado em relação ao parlamento.

Em função dessa complexidade, ele defende que a construção do “poder popular supõe que o governo local abra mão do poder de tomar decisões. Supõe dotar os *conselhos populares* — canais de participação popular — de caráter deliberativo, nas questões a ele atribuídas”. Entretanto, admitia que não havia experiência acumulada no PT para dar aos *conselhos* um caráter deliberativo, excetuando em casos “onde convém desde logo fixar ao próprio Conselho o poder de deliberar, sobretudo, em áreas de atuação nas quais a experiência ou a reivindicação dos movimentos sociais indica esse caminho”, mas, em outros, “pode ser mais prudente estabelecer canais com caráter apenas consultivo, para evitar a fixação de fórmulas que podem-se chocar com a pretendida participação popular independente”.¹⁵

Assim, vemos que Celso Daniel é prudente em relação aos *conselhos populares*, defendendo sua institucionalização enquanto órgão deliberativo moderadamente, pela

¹⁴ Daniel, Celso. Participação popular. *Teoria e Debate*. Edição 02. Março de 1988.

¹⁵ Idem; *ibidem*.

própria inexperiência *petista* no tema. Até porque, vale destacar que o PT havia administrado poucas cidades, como Fortaleza – onde a prefeita foi expulsa e ingressou no PSB –, Santa Quitéria – onde o eleito saiu do PT e filiou-se ao PSD –, e Diadema (SIMÕES, 1992; KECK, 1991). Essa inexperiência era reconhecida no texto como um percalço à administração e colocada em pauta no debate.

Podemos perceber na extensa assertiva de Celso Daniel a defesa de projetos ligados ao PT e a tentativa de buscar delinear a maneira de seu funcionamento e implantação. Provavelmente, ele estava mirando não somente o pleito de 1988, mas também a criação dos *conselhos* a partir de vitórias em grandes cidades, como ocorreu naquele ano. Em 1988, o PT teve o melhor desempenho eleitoral até então, inclusive elegendo o próprio Celso Daniel como prefeito em Santo André.

Já a edição lançada em junho de 1988 passou a dar um espaço maior para temas relacionados às questões municipais, com três matérias, mostrando que a pauta ganhava maior preocupação por parte do PT. Focaremos naquela em que houve a abordagem dos *conselhos populares*.

A prefeitura de Diadema era a gestão que o PT poderia colocar como *vitrine*, por ser a primeira, governada pelo partido desde 1982 e localizada no ABC, o “*coração do partido*”. Mas suas dificuldades e ambiguidades foram

muitas. Entre elas, a minoria no parlamento atrelada ao caráter “fechado” do PT em negociar saídas com os partidos “*da ordem*”, vistos como “*burgueses*”, mantendo a posição de pureza ideológica e política junto à crítica moral à suposta corrupção de poder. Esse contexto é somado com diversos conflitos entre a prefeitura e o Diretório do PT junto com as discordâncias entre a gestão local com a imprensa, algo que foi comum não só em Diadema, mas também em outras administrações. Foi no ABC em que ocorreram as greves lideradas pelo *novo sindicalismo* no final dos anos 1970. A influência deste fato não é pequena: o prefeito eleito em 1982, Gilson Menezes, foi um sindicalista ativo na greve dos anos 1970, como funcionário da empresa Scania. Sua vitória foi por pequena margem de votos e, pela transição política que o regime político brasileiro passava, o mandato durou seis anos (AZEVEDO, 2009; SOUZA, 1988; SIMÕES, 1992; ALVES, 2007; SILVA, 2009).

Na matéria *A vitrine do ABC*, Valeska Pinto ressalta o contexto da vitória de Gilson Menezes e o alto índice de aprovação da gestão. O texto aponta para as dificuldades financeiras do município e admitia “que na verdade não se tinha um programa concreto de governo para Diadema”. Neste ponto, Pinto não deixava de exaltar os avanços da administração e destacar o papel de boicote das “*elites locais*” e seus porta-vozes, incluindo o

governo estadual. No artigo, defendia que, em Diadema, se poderia conhecer o PT no governo local, com seus acertos e erros¹⁶, dizia.

Na análise, a autora ressalta a implantação do *Conselho Popular de Orçamento*, composto por representantes de regiões do município. Entre as atribuições, Pinto ressalta que o conselho deveria definir prioridades de investimento, fiscalizar a peça orçamentária e acompanhar as obras deliberadas. Segundo ela, o conselho estaria “bem distante de cumprir todos estes objetivos”, devido ao predomínio de uma “prática corporativa e bairrista de parte dos conselheiros, e o despreparo político e técnico limita muito sua compreensão sobre os efeitos reais daquilo que deliberam”. Apesar disso, Pinto ressalta que foi uma iniciativa inovadora da prefeitura em criar estes espaços, ainda que ela não negasse o fato de o conselho, “por suas debilidades”, não conseguir “exercer o papel de definir prioridades e objetivos”.

Valeska Pinto defende que o PT deveria estar atuante no conselho, trabalhando “a organização do movimento popular, disputando influência política junto à população. E isto passa a ser vital principalmente quando a administração cria canais de participação”. Ela também critica “a ação do PT no sentido de influir na escolha dos representantes dos bairros para o Conselho

Popular de Orçamento”, classificando-a como “insignificante. Fica difícil portanto o partido criticar o atraso e as confusões criadas pelos conselheiros nesse espaço de participação que a prefeitura tem buscado ouvir e acatar para a elaboração do orçamento municipal”.¹⁷

A partir da escrita de Valeska Pinto, podemos afirmar que a autora defende a implantação do conselho e tenta também influenciar na definição do perfil do projeto. A crítica que ela faz, focada na experiência de Diadema, está na falta de organização, e não por sua criação. Também vale destacar o fato de ela ter compartilhado os problemas em relação à sua implantação com o Partido dos Trabalhadores e na atuação de *petistas* no interior do conselho municipal, evidenciando que seu posicionamento era crítico em relação ao modo como membros ligados ao partido atuavam em Diadema.

Na quarta edição podemos afirmar que o tema dos *conselhos populares* é retomado pela primeira vez com ênfase exclusiva em um texto da revista. Com o título *Uma varinha de condão?*, Ricardo Azevedo afirmou que a proximidade das eleições de 1988 trouxera a necessidade de aprofundar as discussões sobre o tema. O título é ilustrativo de como os *conselhos populares* eram vistos, bem como o início do texto revela a relevância do tema para o partido nos anos 1980: “no PT, desde 1982

¹⁶ Pinto, Valeska Peres. A vitrine do ABC. *Teoria e Debate*. Edição 03. Junho de 1988.

¹⁷ Idem; *ibidem*.

pelo menos, muito se tem falado dos *conselhos populares*. Todo petista afirma e reafirma que ‘governaremos com a participação popular, através dos *conselhos*’”. Por isso, dizia ser importante “socializar minimamente essas experiências e extrair delas alguns ensinamentos”, focando na possibilidade de o PT aumentar o número de prefeituras que governa. Ele dizia que tomava como ponto de partida o texto de Celso Daniel, publicado na segunda edição da revista¹⁸, explicitando o diálogo entre os autores da revista e a circulação das ideias debatidas entre as publicações.

Azevedo dividiu seu texto em duas partes: em uma, analisa a tentativa de implantação dos *conselhos populares*. Depois, busca levantar meio, métodos e problemas relacionados a eles.

Na primeira parte, ele discute quatro modelos em alguns municípios, destrinchando os perfis implementados de *conselhos*, governados (ou não) pelo PT. Chama a atenção que Azevedo se reportou de forma exclusivamente elogiosa à experiência de Gilson Meneses, diferentemente do artigo publicado na terceira edição por Valeska Pinto, revelando a circularidade de visões diferentes sobre aquela experiência na *Teoria e Debate*.

Em um segundo momento, ele se dedica a diferenciar os *conselhos populares do*

PT daqueles *do PMDB*, dizendo que “estes são instrumentos de governo, à medida que os conselheiros são nomeados, como qualquer outro secretário, pelo chefe do Executivo, e visam ser um braço auxiliar deste para levar uma política de governo numa área específica”, sendo “aconselhável inclusive que o prefeito petista e o Diretório local, ao escolherem o secretariado como um todo, consultem as entidades representativas das diversas áreas, onde existirem”. Nota-se, porém, uma tentativa de separar e resguardar as competências da prefeitura e dos *conselhos* municipais, quando afirma que essa consulta teria viés indicativo, pois “à medida que são órgãos de governo, a responsabilidade pela indicação de seus titulares é do chefe do Executivo e do partido. [...] os conselheiros devem ser eleitos [pela população], sem haver no processo nenhuma interferência da Prefeitura”.¹⁹ Também fica explícita a defesa do projeto *enquanto advindo do PT*, pois na medida em que o autor coloca os conselhos de prefeituras vinculadas ao PMDB em um posicionamento antagônico, busca diferenciar as experiências. Ou seja, colocar o projeto *petista* em um patamar superior em relação ao praticado pelas prefeituras do PMDB.

Destarte, podemos notar que Azevedo busca delimitar o limite de ação e atuação dos *conselhos populares*, demarcando seu limite

¹⁸ Azevedo, Ricardo. Uma varinha de condão? *Teoria e Debate*. Edição 04. Setembro de 1988.

¹⁹ Idem; *ibidem*.

de organização. Em seu texto, é possível observar que o autor resguardou a autonomia da prefeitura municipal frente aos *conselhos*. Isto é, defendendo os poderes deliberativos por parte do poder local frente aos *conselhos populares*, demarcando o campo de deliberação de ambos, se projetando de forma antagônica à visão defendida pela ala “radical” do partido.

Deste modo, ressaltava que os *conselhos* deveriam ser autônomos e não manter vínculos com a prefeitura. Nem empregatícios. A única ligação admitida é a de os *conselhos* poderem ser financiados pela prefeitura, desde que não haja interferência no destino das verbas, visando sua autonomia como condição indispensável para seu funcionamento. Ele também não se furtou de entrar no debate sobre a dualidade de poder, uma hipótese levantada por muitos membros do PT. Sua defesa era a de que isso não se sustentava, além de dizer que a afirmação em nada esclarecia sobre o papel dos *conselhos populares*. “A não ser que queiramos entrar no campo da futurologia, esta discussão só serve para confundir”²⁰, dissera, se posicionando contra os que usavam isso em desfavor aos *conselhos populares*. Neste sentido, Azevedo se aproximava da concepção de Celso Daniel.

Entre seus argumentos, Azevedo busca persuadir de que os *conselhos municipais* são

espaços democráticos de atuação. Portanto, a prefeitura deveria se abrir para haver “participação da população, de forma crescente, na definição de tudo aquilo que lhe diz respeito”. Para isso, deveria o prefeito “abrir mão de uma parcela dos poderes que lhe são atribuídos constitucionalmente. O mesmo se dá em relação à Câmara Municipal”, contrapondo que “ninguém concebe nem propõe hoje uma situação em que a existência e o fortalecimento do conselho popular implique na supressão da Prefeitura ou da Câmara”. Assim, defendia “introduzir um novo elemento, mais amplo e democrático, na esfera da divisão de poderes ao nível local, da mesma forma que já existe uma divisão de atribuições entre o Legislativo e o Executivo”, acusando ser “ridículo afirmar que a Câmara é um poder paralelo em relação à prefeitura!”²¹.

Na assertiva de Azevedo, notamos que o autor busca defender a viabilidade dos *conselhos populares*, atacando aqueles que viam o projeto como uma “dualidade” em relação ao poder legislativo. Essa defesa possivelmente estava atrelada não apenas em debates internos ao PT, como vimos, mas também para críticas externas que apontavam para sua inconstitucionalidade. Sua defesa também ficou explícita quando argumentou em favor das experiências nas prefeituras citadas acima, inclusive na de Diadema, apesar de que,

²⁰ Idem; *ibidem*.

²¹ Idem; *ibidem*.

no próprio PT, haviam críticas em relação ao *conselho* daquela cidade.

Apesar da presença na *Teoria e Debate* dos *conselhos populares* em suas quatro primeiras edições, que antecederam o pleito municipal de 1988, é interessante destacar sua ausência na quinta publicação, edição esta posterior ao processo eleitoral. O resultado do pleito foi amplamente favorável ao PT, tanto que, depois, lhe permitiu “afirmar triunfante numa publicação própria que governava 10% dos brasileiros” (COUTO, 1995, p. 16). Isso repercutiu na *Teoria e Debate*, com a revista publicando matérias em que os autores analisavam o desempenho eleitoral do PT, seus avanços e barreiras.²² Aliás, se os *conselhos populares* eram presença “garantida” nas quatro primeiras edições, chama a atenção que, nas 11 edições seguintes, o tema foi abordado pela revista apenas quatro vezes.²³

Isso indica o gradual desinteresse da revista no tema. Talvez, por motivos internos a ela, mas, o mais provável, foi pelo próprio PT abandonar a pauta, na medida em que as prefeituras vencidas em 1988 não conseguiram implantar o projeto, como São Paulo e Porto Alegre. A partir desse momento, gradualmente, os *conselhos populares* foram substituídos por outra proposta de participação direta: o Orçamento Participativo, bem

sucedido em Porto Alegre, com repercussão internacional e objeto de diversos estudos no Brasil e fora dele (COUTO, 1995; FEDOZZI, 2002).

Considerações finais

Procuramos mostrar os *conselhos populares* como uma *ideia-força* defendida pela *Teoria e Debate* e inserida no *campo de produção ideológica*, em especial os diferentes formatos do projeto em disputa dentro do PT, e como a *Teoria e Debate*, principal periódico vinculado ao partido, repercutiu e serviu como “palco” para as visões antagônicas sobre a proposta *petista* de participação direta. Deste modo, percebemos que a constância do tema na revista e a unanimidade, entre as matérias, da importância do estabelecimento deste projeto, tanto nas prefeituras como também em relação à candidatura Lula.

Isso reflete o fato de esta ser uma bandeira praticamente universal da revista e, também neste caso, do PT nos anos 1980. O que havia no PT eram divergências em relação ao modo de implantação, seu perfil e modelo de funcionamento dos *conselhos populares*, que eram explicitados também na revista.

Como podemos perceber, as críticas existentes visavam sempre um contraponto.

²² Neste sentido, cf. Delgado, Paulo. Diário crítico de uma campanha. *Teoria e Debate*. Edição 05. Março de 1989; Machado, João. A esperança e seus desafios. *Teoria e Debate*. Edição 05. Março de 1988.

²³ Nas edições 6, 10, 13 e 15 – respectivamente, abril de 1989, abril de 1990, fevereiro e agosto de 1991.

Não foi encontrada nenhuma linha na revista em que se descartava os *conselhos populares* ou propusesse uma alternativa ao projeto. Além disso, percebemos que, por meio da revista, os autores buscavam influenciar e manipular suas *ideias-força* no campo de produção ideológica interno ao PT, mobilizando os rumos do debate, apontando (e vetando) caminhos, desafios e percalços para sua implantação. Esta ingerência repercutia no PT, embora seja difícil precisar em que grau .

Referências

- ALVES, Alice da Conceição. *A imprensa e a primeira administração do Partido dos Trabalhadores*: Diadema. Dissertação (Mestrado em História), São Paulo, PUCSP, 2007.
- AZEVEDO, Fernando Antônio. O PT, a imprensa e as coberturas das eleições presidenciais (1989-2006). Villa, Marco Antônio; Ângelo, Vitor Amorim de (orgs.). *O Partido dos Trabalhadores e a política brasileira: uma história revisitada*. São Carlos: Edufscar, 2009.
- BARBOSA, Marialva. *História cultural da imprensa: Brasil – 1900-2000*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007.
- BOURDIEU, Pierre. *A Distinção: crítica social do julgamento*. São Paulo: Edusp; Porto Alegre: Zouk, 2007.
- _____. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.
- _____. O campo político. *Revista brasileira de Ciência Política*. Brasília, n° 5, Jan/Jul 2011.
- _____.; CHARTIER, Roger. *O sociólogo e o historiador*. Belo Horizonte: Autêntica editora, 2011.
- _____. *Sobre a televisão*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997.
- _____. *As regras da arte: gênese e estrutura do campo literário*. Lisboa: Editorial Presença, 1996.
- COUTO, Cláudio G. *O desafio de ser governo: o PT na prefeitura de São Paulo (1989-1992)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.
- CHAMPAGNE, Patrick. *Formar a opinião: o novo jogo político*: Petrópolis: Vozes, 1996.
- FEDOZZI, Luciano. *O poder da aldeia: gênese e história do Orçamento Participativo de Porto Alegre*. Porto Alegre: Tomo editorial, 2002.
- KECK, Margareth. *A lógica da diferença: o Partido dos Trabalhadores na construção da democracia brasileira*. São Paulo: Ática, 1991.
- MARTINS, Luis Carlos dos Passos. *A grande imprensa 'liberal' da Capital Federal (RJ) e a política econômica e social do segundo governo Vargas (1951-1954): conflito entre projetos de desenvolvimento nacional*. Tese (Doutorado em História). Porto Alegre, PUCRS, 2010,
- ORTIZ, Renato. A procura de uma sociologia da prática. In: ORTIZ, Renato (org.). *Pierre Bourdieu: Sociologia*. São Paulo: Ática, 1983.
- _____. *A moderna tradição brasileira*. São Paulo: Brasiliense, 2001.
- PANEBIANCO, Ângelo. *Modelos de Partido: organización y poder en los partidos políticos*. Madrid: Alianza Editorial, 1982.
- SECCO, Lincoln. *História do PT*. SP: Ateliê, 2016.

SILVA, Antônio Ozaí da. A esquerda marxista e o PT. Espaço Acadêmico. N. 87, ano VIII, ISSN: 1519-6186.

_____. Nem reforma, nem revolução: a estrela é branca. In: VILLA; Marco Antônio; ÂNGELO, Vitor Amorim de (orgs.). *O Partido dos Trabalhadores e a política brasileira: uma história revisitada*. São Carlos: Edufscar, 2009.

SIMÕES, Júlio Assis. O dilema da participação popular – a etnografia de um caso. São Paulo: Marco Zero, 1992.

SINGER, André. *O PT*. São Paulo: Publifolha, 2001.

SIRINELLI, Jean François. Os intelectuais. In: Rémond, René. (org.). *Por uma história política*. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2003.

SOUZA, Isabel Ribeiro de Oliveira Gomes de. *Trabalho e política: as origens do Partido dos Trabalhadores*. Petrópolis: Vozes, 1988.

TELLES, Helcimara de Souza. O PT e as eleições para a Câmara dos Deputados. In: Villa; Marco Antônio; Ângelo, Vitor Amorim de (orgs.). *O Partido dos Trabalhadores e a política brasileira: uma história revisitada*. São Carlos: Edufscar, 2009.

Teoria e Debate. A Revista (on line). Disponível em: <http://www.teoriaedebate.org.br/index.php?q=a-revista>, acesso em 05.10.2016.

Fontes primárias

Acervo CSBH/FPA

Boletim Nacional do PT. Julho de 1986
Carta da Comissão Executiva Nacional. Agosto de 1983.

Jornal dos Trabalhadores. Janeiro de 1983.

Teoria e Debate – Edições de 01 a 05 – Dezembro de 1987 a Março a 1989.